

## Atuação e estudos da ANFIP são destaques da XXVII Convenção Nacional



A XXVII Convenção Nacional reuniu, no período de 30/5 a 2/6, em Brasília, Auditores Fiscais da Receita Federal de todo país, familiares e convidados, para o evento de maior expressão política da ANFIP, onde são reafirmadas as ações da Entidade na busca de melhorias para o serviço público e seus servidores. Na Convenção também são defendidas ideias às causas sociais, à justiça fiscal e ao fortalecimento das relações entre os associados.

Na oportunidade, o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, agradeceu aos integrantes do Conselho Executivo pela parceria durante a gestão: “Não se consegue fazer um trabalho se não for em conjunto. Sem este Conselho, não conseguiríamos fazer o que fizemos. A gente concorda e discorda, mas no final de tudo, sobressai o coletivo”. Ele estendeu os agradecimentos aos Conselhos Fiscal e de Representantes.

Floriano Sá Neto falou ainda do combate

à reforma da Previdência e da importância da Reforma Tributária Solidária; alertou para o desmonte do Estado, com a extinção, ao longo dos anos, de várias instituições, entre elas o Ministério da Previdência; lamentou o dismantelamento da Receita Federal. “Sabemos quais as consequências de não ter fiscalização. Essa categoria não pode continuar desunida. Buscamos um caminho de união na carreira. Queremos ser parte da solução, da pacificação”, enfatizou.

O trabalho da ANFIP, especialmente o embate à reforma da Previdência e o projeto de Reforma Tributária Solidária, foi destacado em todos os pronunciamentos, com reforço para a necessidade de união na busca do fortalecimento do Estado e, consequentemente, do serviço público e seus servidores.

O Auditor Fiscal e diretor do Instituto de Justiça Fiscal (IJF), Marcelo Lettieri Siqueira, foi um dos palestrantes e abordou o tema “Um país sem fiscalização é um

país sem lei”. Cesar Roxo Machado, vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, conduziu o debate sobre “Reforma Tributária Solidária – A Reforma Necessária”, e o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, falou sobre a “PEC 6/2019 – Reforma da Previdência”.

O evento contou com ilustres presenças como a dos deputados Rodrigo Coelho (PSB/SC) e Érika Kokay (PT/DF); dos ex-presidentes da ANFIP Marvile Taffarel, Assunta Di Dea Bergamasco, Jorge Cezar Costa, Margarida Lopes Araújo (atual coordenadora do Conselho Fiscal) e Severino Cavalcanti de Souza; da coordenadora do Conselho de Representantes, Dulce Wilennbring; da presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges; do presidente da Fenafisco, Charles Alcantara; do diretor do Sindifisco George Alex Lima; do presidente do Mosap, Edson Haubert; pelo Sindireceita, Geraldo Seixas; e Levy Fidélis, do PRTB.

**Mantidas atribuições dos Auditores Fiscais**

Página 2

**Na Economia, ANFIP defende bônus**

Página 3

**Fusão Previc/Susep: ANFIP é contra**

Página 5

## Com trabalho parlamentar articulado, ANFIP comemora manutenção de atribuições dos Auditores Fiscais

O intenso trabalho parlamentar realizado pela ANFIP nos últimos dias repercutiu no Plenário da Câmara dos Deputados. A Casa concluiu, dia 23/5, a votação da Medida Provisória 870/19, que trata da estrutura organizacional de órgãos públicos, e aprovou a retirada no texto final das limitações que estavam sendo impostas às atribuições dos Auditores Fiscais da Receita Federal. Em acordo firmado entre os parlamentares, o tema será rediscutido na forma de um projeto de lei.

Antes da votação em Plenário, a ANFIP se reuniu com representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Liderança da Minoria para esclarecer os pontos relacionados à matéria e

sobre a importância da aprovação do Destaque para Votação em Separado que suprimia da MP o artigo 64-A.

O dispositivo, inserido no texto pelo senador Eduardo Braga (MDB/AM), permitia que o Auditor Fiscal da Receita Federal investigasse apenas ilícitos tributários, sendo que, ao apurar esses ilícitos, o Auditor Fiscal identifica a ocorrência de outros crimes, como o de sonegação, lavagem de dinheiro, evasão de divisas. O artigo também limitava o compartilhamento de informações bancárias e fiscais com órgãos como o Ministério Público, exigindo-se prévia autorização judicial.

O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e o vice-presidente de Política de Classe,

Luiz Cláudio de Araújo Martins, reiteraram aos parlamentares que já existe uma portaria da Receita Federal do Brasil, RFB 1750/2018, que define quais informações serão repassadas ao Ministério Público em caso de suspeitas de crime praticado, com nítida proteção do sigilo fiscal dos envolvidos. “Este comunicado é obrigação de cada cidadão brasileiro e inclui todo servidor público que deve atuar dentro dos princípios da impessoalidade, legalidade e moralidade”, explica Martins.

A ANFIP continua mobilizada, atuando em defesa das prerrogativas dos Auditores Fiscais, visando que o interesse público seja respeitado como princípio fundamental nas atuações da administração pública.

## CCJ da Câmara aprova PEC da reforma Tributária

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, dia 22/5, o parecer do relator, deputado João Roma (PRB/BA), recomendando a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que trata da reforma do sistema tributário brasileiro, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

Em seguida, o autor da PEC 45/19 recebeu o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e o vice-presidente de Política de Classe, Luiz Cláudio de Araújo Martins, para discutir o projeto Reforma Tributária Solidária, de iniciativa da ANFIP e da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital), e formas de aproveitar as propostas no texto da reforma tributária apresentada pelo deputado Baleia Rossi.



**Tramitação** - Com a aprovação na CCJC, a PEC 45/19 segue para análise de mérito em Comissão Especial a ser instituída por ato do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo

Maia (DEM/RJ). Após o ato de criação do referido colegiado, caberá aos líderes partidários realizarem a indicação dos parlamentares que comporão os trabalhos.

### Expediente **Linha Direta**

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

**Linha Direta** é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

DIRETORA RESPONSÁVEL  
Ilma Pelizon dos Santos

EDITOR  
Ludmila Machado

REPORTAGEM  
Daiana Lima, Indiara Oliveira e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIOS  
Bruna Nogueira Ribeiro  
Tiago Kirixi

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA  
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL  
Cesar Roxo Machado  
Floriano Martins de Sá Neto  
Ilma Pelizon dos Santos (coordenadora)  
Luiz Cláudio de Araújo Martins  
Mariluce do Socorro da Silva Soares  
Sandra Tereza Paiva Miranda



[www.instagram.com/anfip\\_](https://www.instagram.com/anfip_)



[www.facebook.com/anfipnacional](https://www.facebook.com/anfipnacional)



[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)



[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## ANFIP busca apoio na defesa do Bônus de Eficiência



A ANFIP busca estabelecer canais de comunicação para a estruturação de uma base de apoio mútua acerca da conformidade do pagamento do Bônus de Eficiência e Produtividade (BEP). No dia 24/5, o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, esteve reunido com os representantes do Ministério da Economia, Marcelo Siqueira Freitas (chefe de Assessoria Especial) e Rafaelo Abritta (assessor especial), para tratar sobre o assunto.

Durante o encontro, o presidente da ANFIP reafirmou a posição da Entidade na defesa da manutenção do pagamento integral e igualitário para os Auditores Fiscais da ativa e aposentados e também

defendeu a contribuição previdenciária sobre o Bônus de Eficiência. “Buscamos uma defesa conjugada visando a continuidade do pagamento do Bônus para todos os Auditores Fiscais da Receita Federal, prioritariamente nos moldes propostos pela ANFIP, ou em conformidade com a lei”, explicou Floriano.

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, relator do processo que discute o Bônus de Eficiência e Produtividade (TC 005.283/2019-1), acolheu pedido do Ministério da Economia e retirou o referido processo da pauta de julgamento pelo prazo de 30 dias. A decisão foi anunciada dia 22/5.

## TCU adia análise do processo



O ministro do Tribunal de Contas da União Bruno Dantas, relator do processo que discute o Bônus de Eficiência e Produtividade (TC 005.283/2019-1), acolheu pedido do Ministério da Economia e retirou o referido processo da pauta de julgamento pelo prazo de 30 dias.

A sessão, realizada dia 22/5, foi acompanhada pela vice-presidente Executiva da ANFIP, Sandra Tereza Paiva Miranda, e pelas vice-presidentes

Valdenice Seixas Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário) e Dejanira Freitas Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), além dos advogados Cláudio Farág e Felipe Teixeira.

A ANFIP segue atenta no acompanhamento da questão e, junto ao seu corpo Jurídico, no alinhamento de argumentos que confirmem o direito do pagamento da rubrica a todos os Auditores Fiscais de forma paritária.

## Recurso para desbloqueio dos valores da GDAT

A ANFIP informa que protocolou, por meio do advogado Aldir Passarinho Filho, patrono da ação, recurso especial (RESp) para desbloqueio dos valores da Gratificação de Desempenho e Atividade Tributária (GDAT). A medida foi necessária para que o processo seja analisado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), instância responsável pela apreciação desse recurso.

É importante ressaltar que o RESp deverá passar, primeiramente, pelo juízo de admissibilidade, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Após isto, seguirá para o STJ.

A partir de então, a União tem trinta dias úteis para se manifestar, com prazo se encerrando na última semana de maio, também por meio de recurso especial. Assim, é provável que o ente federativo apresente os mesmos argumentos citados em recursos anteriores.

Para mais informações, entre em contato com o Jurídico da ANFIP, preferencialmente, por meio do e-mail [juridico@anfip.org.br](mailto:juridico@anfip.org.br), whatsapp (61) 98176-9051 ou pelo telefone 3004-9197.

## Tentativas de golpes

A ANFIP tem relatado constantemente a ocorrência de golpes em que criminosos utilizam o nome da Entidade, mais especificamente do presidente Floriano Martins de Sá Neto, para extorquir dinheiro.

Normalmente o criminoso cita os cálculos da GAT ou da GDAT. Nos últimos relatos, a pessoa pediu para que o associado entrasse em contato com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, especificamente com o procurador Afonso Tavares, pelo telefone (61) 98338-7422, para ser informado sobre o procedimento para receber os valores. Normalmente, o procedimento é fazer depósito prévio de determinada quantia ao tal “procurador” para que os valores da ação possam ser liberados.

## PEC 6/2019: Sugestões de emendas são protocoladas



As entidades que integram o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), dentre elas a ANFIP, realizaram ato na Câmara dos Deputados, no dia 28/5, para marcar o protocolo das 10 emendas do Fonacate à proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019), no âmbito da Comissão Especial destinada a acompanhar a proposta.

Com a presença de dezenas de dirigentes das entidades representativas, na ocasião, também foram prestados agradecimentos aos parlamentares que assinaram como autores das emendas. São eles: Professor Israel (PV/DF), André Figueiredo (PDT/CE), Léo Moraes (PODE/RO), Valtenir Pereira (MDB/MT) e Lincoln Portela (PR/MG).

As emendas, elaboradas pelo Fórum, tratam da desconstitucionalização das regras previdenciárias, idade mínima, regras de transição, pensão por morte e alíquotas de contribuição dos servidores públicos, dentre outros assuntos.

O trabalho parlamentar agora será feito junto aos componentes da Comissão Especial da PEC 6/19. “A equipe do Fonacate e afiliadas estão de parabéns, pois atingimos a primeira meta para a apresentação das emendas. Sabemos que o trabalho começa a partir de agora, pois precisamos conversar com todos os deputados para que contemplem as

nossas sugestões”, disse Rudinei Marques, presidente do Fonacate.

Ilva Franca, vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP, aproveitou para destacar a importância de intensificar o trabalho nos estados, a fim de mobilizar os parlamentares: “Todas as entidades devem, agora, procurar o seu deputado lá na base eleitoral dele”.

Pela ANFIP participaram do ato o presidente Floriano Martins de Sá Neto, os vice-presidentes Sandra Tereza Paiva Miranda (Executiva), Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários), Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social), Dejanira Freitas Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Ilva Maria Franca Lauria (Assuntos Parlamentares), José Avelino da Silva Neto (Aposentadorias e Pensões), Luiz Cláudio de Araújo Martins (Política de Classe), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Marluce do Socorro da Silva Soares (Política Salarial), Paulo Correia de Melo (Tecnologia da Informação), Valdenice Seixas Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário), as integrantes do Conselho Fiscal, Margarida Lopes de Araújo e Ercília Leitão Bernardo, o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, e a associada Kátia Viana Coelho.

## Benefícios

### Economia em medicamentos



Chegou a hora de você aproveitar o convênio farmácia. Associados têm 30% de desconto em medicamentos genéricos, 15% em tarjados de marca e similar, 5% em OTC (sem prescrição médica). Válido nas redes de Drogarias Pacheco e São Paulo.

### Clube de Vantagens ANFIP



A ANFIP oferece aos seus associados uma rede de convênios e benefícios, o “Anfip tem + Vantagens”, resultado de parceria com a Marktclub. Para usufruir dos benefícios, é preciso ATIVAR o cadastro na plataforma: <https://anfip.temvantagens.com.br/login> e conferir todos as vantagens e descontos.

### Desconto para associados



A ANFIP acaba de firmar convênio com a Chevrolet-GM. Agora, os associados da Entidade terão descontos especiais na compra do modelo desejado em qualquer concessionária Chevrolet no território brasileiro. Os descontos também valem para seus parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuge). O convênio se encontra na plataforma de benefícios “ANFIP tem mais Vantagens”.

## Manifesto: Resultado da Seguridade Social



Tendo em vista o início das atividades em torno da reforma da Previdência Social (PEC 6/2019), a ANFIP vem a público esclarecer sobre a forma que a Associação desenvolve seus estudos.

A ANFIP produz, há mais de dez anos, um detalhado estudo sobre a Seguridade Social brasileira, abordando as receitas e despesas do tripé Saúde, Previdência Social e Assistência Social. A metodologia utilizada toma como base o Orçamento da Seguridade Social, cujas receitas estão previstas no art. 195 da Constituição Federal de 1988, que assim estabelece:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais.

Fazem parte do orçamento da Seguridade Social as seguintes receitas:

- Contribuição das empresas e dos segurados incidentes sobre a folha de pagamento
- Contribuição incidente sobre receita ou faturamento – Cofins
- Contribuição incidente sobre o lucro líquido – CSLL
- Contribuição do importador ou a ele equiparado – Cofins importação
- Receitas de concursos de prognósticos.
- Contribuição da União (orçamento Fiscal)

As receitas dessas contribuições sociais financiam as três áreas da Seguridade: Previdência, Saúde e Assistência Social. A Previdência, após a Constituição de 1988, não se financia apenas com as contribuições incidentes sobre salário e sobre a folha de pagamentos. Nenhuma leitura do texto constitucional, nem da Lei de Responsabilidade Fiscal, nem da legislação própria da Previdência Social permite restringir as contas da Previdência Social às receitas exclusivamente previdenciárias.

Embora os benefícios previdenciários do Regime Próprio (RPPS) da União estejam lançados no Orçamento da Seguridade Social, os pagamentos dessas despesas precisam ocorrer com recursos do Orçamento Fiscal. Não seria correto desconsiderar que os benefícios previdenciários da Seguridade Social, conforme determina o Art. 201, estão organizados sob a forma de um Regime Geral de Previdência Social. Os benefícios previstos no Art. 40, relativos ao RPPS, não se enquadram nesse critério.

O RPPS não faz parte do Título VIII – Da Ordem Social, que disciplina o Orçamento da Seguridade Social, suas receitas e despesas. A única Previdência constante deste Título e do Capítulo II – Da Seguridade Social é aquela prevista no art. 201 da Constituição, ou seja, a Previdência do RGPS.

## ANFIP defende atribuições dos Auditores Fiscais na Previc



O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e o vice-presidente de Política de Classe, Luiz Cláudio de Araújo Martins, se reuniram no dia 28/5 com o superintendente da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), Fábio Henrique de Sousa Coelho, para tratar sobre a fusão da Susep (Superintendência de Seguros Privados) com a Previc. Também participou a diretora de Administração da Previc, Rita de Cássia Correa da Silva.

Fábio Coelho relatou que a superintendente da Susep, Solange Vieira, esteve, recentemente, na Previc para explicar as linhas gerais da superestrutura que será criada com junção das instituições. Segundo Coelho, a nova entidade será chefiada por Solange Vieira e fará alteração na lei de criação da Susep para flexibilizar a fiscalização da previdência complementar, competência, hoje, exclusiva dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Floriano Sá Neto afirmou que a ANFIP rejeita, veementemente, a proposta de fusão das instituições e vai combater duramente a perda de atribuições dos Auditores Fiscais. “O que está sendo proposto não é uma fusão, mas uma incorporação, onde os Auditores Fiscais perdem suas atribuições. Entendemos que essa atribuição de fiscalizar a previdência complementar não pode ser compartilhada nem perdida. Não aceitaremos a fusão da Previc com a Susep e, caso o governo insista e encaminhe a mesma por medida provisória, a ANFIP fará a defesa das atribuições e da existência da autarquia junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal”, disse o presidente.

## No seu Estado

### MG: V Congresso de Direito Previdenciário



Foi realizado, de 23 a 25 de maio, em BH/MG, o V Congresso Brasileiro

de Direito Previdenciário, promovido pelo Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), com apoio da ANFIP. Participaram os vice-presidentes Ilva Franca (Assuntos Parlamentares) e Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social). Décio Lopes ministrou a oficina “Cases versando sobre a incidência de imposto de renda nos benefícios da previdência complementar”.

### BA: Reforma Solidária é pauta de audiência pública



O vice-presidente de Política de Classe da ANFIP, Luiz Cláudio de Araújo Martins,

participou no dia 24/5, em Salvador (BA), de audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia para debater a proposta de Reforma Tributária Solidária (RTS), elaborada pela ANFIP e Fenafisco. A reunião foi convocada pela deputada estadual Olívia Santana (PCdoB), a pedido do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (SindSefaz).

### RJ: Debate sobre estrutura administrativa



A vice-presidente de Comunicação Social da ANFIP, Ilma Pelizon, participou no

dia 21/5, no Rio de Janeiro (RJ), de reunião com o superintendente da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, Mário José Dehon São Thiago Santiago, para discutir os termos da Medida Provisória (MP) 870/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da administração pública federal. A presidente da ANFIP-RJ, Leila Signorelli, também esteve no encontro.

### RS: Reforma Tributária Solidária em destaque



A Frente Parlamentar Mista em

Defesa da Previdência realizou a primeira audiência pública no interior do país, em Bento Gonçalves (RS), dia 17/5. Um dos palestrantes da noite foi o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, que falou sobre o projeto da Reforma Tributária Solidária.

### SP: Defesa da carreira junto aos parlamentares



O vice-presidente de Serviços Assistenciais da ANFIP e vice-presidente da Estadual paulista (ANFIP-SP),

Ariovaldo Cirelo, realizou visitas aos vereadores da cidade de São Paulo, no dia 23/5, junto ao presidente da DS-SP, Eric Sandro Eiti Hato, para abordar pautas em defesa dos Auditores Fiscais da Receita Federal. Estiveram com: Eduardo Tuma (PSDB), Adilson Amadeu (PTB), Caio Miranda (PSB), Celso Giannazi (PSOL), George Hato (PSDB), Gilson Barreto (PSDB), Isac Felix (PL) e Jair Tatto (PT).

## Deputado destaca Reforma Tributária Solidária



Em mais uma reunião na Câmara dos Deputados, dia 28/5, o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, voltou a ser convidado para abordar os aspectos técnicos da Reforma Tributária Solidária (RTS).

Na ocasião, o deputado Luis Miranda (MDB/DF), presidente da Subcomissão Especial da Reforma Tributária, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, reforçou a necessidade de todos, parlamentares e sociedade organizada, fazerem parte do protagonismo das mudanças tributárias necessárias para o país. “A Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária e a Subcomissão precisam ir para os estados debater o tema. Esse é um clamor da sociedade”, afirmou o parlamentar. O trabalho Reforma Tributária Solidária serviu de subsídio para Luis Miranda elaborar o PL 3129/2019, protocolado na mesma data. “Aproveitamos estudos da ANFIP e da Fenafisco, que já possuem dados fidedignos”, acrescentou.

O debate contou ainda com participação do ex-deputado Luiz Carlos Hauly.

Pela ANFIP, acompanharam a audiência os vice-presidentes Sandra Tereza Paiva Miranda (Executiva), Valdenice Seixas Elvas (Planejamento e Controle Orçamentário), Ilva Maria Franca Lauria (Assuntos Parlamentares), Dejanira Freitas Braga (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários), Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social), Marluce do Socorro da Silva Soares (Política Salarial), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), José Avelino da Silva Neto (Aposentadorias e Pensões), Paulo Correia de Melo (Tecnologia da Informação), as integrantes do Conselho Fiscal, Margarida Lopes de Araújo e Ercília Leitão Bernardo, e a associada Kátia Viana Coelho.

## Debate em defesa da Previdência Social

Em continuidade ao trabalho realizado pela ANFIP em defesa dos direitos previdenciários e contra a proposta de reforma do sistema (PEC 6/19), a Associação se mantém ativa no debate por todo o país. Confira algumas atividades realizadas em maio:



Audiência na Câmara, dia 22/5, sobre os impactos da redistribuição dos recursos da Previdência nos municípios.



Debate, dia 20/5, na Câmara Municipal de São Leopoldo (RS), com o assessor Wilson Antonio Romero.



Reunião dia 18/5 com a coordenação do Grupo Fé e Política, em Registro (SP), para debater a Previdência.



ANFIP presente, dia 15/5, no XLII Encontro Nacional da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos.



Audiência sobre o impacto da PEC 6/2019 sobre as mulheres é realizada dia 14/5, no Senado, com Dejanira Freitas Braga.



Conselho Executivo presente, dia 14/5, em Encontro de Economistas em Defesa da Previdência Social e contra a PEC 6/2019.



Floriano Sá Neto reúne-se, dia 10/5, com dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC contra a PEC 6/2019.



Dia 11/5, é realizado na Câmara Municipal de Ribeirão Preto (SP) o Seminário Estadual Contra a Reforma da Previdência.



Representantes da Anprev estiveram na ANFIP, dia 9/5, para tratar da articulação entre as entidades contra a PEC 6/2019.



Senado realiza, dia 6/5, a audiência "Previdência e Trabalho", com foco na Desvinculação de Receitas da União.



Floriano Sá Neto reúne-se, dia 2/5, com representantes do Ministério da Economia para discutir a PEC 6/2019.



Realizada, dia 10/5, reunião com lideranças de entidades de trabalhadores baianos para discutir estratégias contra a reforma.